

RENOVAÇÃO POLÍTICA? A PRESENÇA DA JUVENTUDE NAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS ENTRE 2010 E 2020

Bruno Dias P. de Andrade
Joyce Luz

RESUMO: Este artigo busca explorar o desejo de renovação política por parte dos brasileiros, desvendando se a quantidade de candidatos jovens tem crescido nos últimos anos. A partir de dados do TSE se identificou os jovens que se candidatam e se elegem no país e a importância do financiamento de campanha para o sucesso eleitoral. O artigo ainda aborda as desigualdades de gênero entre as diferentes faixas etárias e quais campos ideológicos teriam maior presença de jovens. Foi usado como recorte as eleições para o poder legislativo entre 2010 e 2020, considerando os cargos de deputado federal, deputado estadual, deputado distrital e vereador. No período se identificou baixa presença de jovens em todos os pleitos, que as mulheres jovens são as que mais dependem de capital financeiro para se eleger e que apesar da maior proporção de jovens entre candidatos de partidos de esquerda, os que possuem maior presença no legislativo se concentram em partidos de centro-direita.

PALAVRAS-CHAVE: Participação; Juventude; Legislativo; Capital político

INTRODUÇÃO

Os últimos anos foram marcados por eventos importantes na trajetória das instituições democráticas do Brasil, que fizeram aumentar a descrença dos cidadãos com o governo representativo. O sentimento que temos atualmente é de que a população demanda cada vez mais por renovação política. Um dos fatores que evidenciam o aprofundamento dessa crise é o aumento nas últimas eleições

da proporção dos votos brancos, nulos e abstenções que superou os 30,9 % em 2020. Outro dado que também chama a atenção e que corrobora o sentimento de renovação política é o grau de confiança dos brasileiros nas instituições políticas. De acordo com a última pesquisa do instituto Datafolha², 45% dos brasileiros não confiam no Congresso Nacional e cerca de 58% não confiam em partidos políticos. Por último, a vitória eleitoral de candidatos populistas com discurso anti-establishment e que se apresentam como “não-políticos” tem ganhado mais notoriedade.

Seja na busca por uma nova política ou por algo que seja diferente do status quo, cidadãos indicam forte desconfiança ou desafeição com os candidatos tradicionalmente apresentados para o pleito. Tal comportamento, por sua vez, não parece ser uma surpresa à luz do que Manin (1995), por exemplo, nos apresentou como um dos dilemas da democracia representativa. De acordo com o autor não necessariamente a democracia representativa consegue garantir a eleição de representantes tal qual os grupos se encontram divididos na sociedade. Isso por que o acesso à vida política em si é desigual. Não raramente, os políticos com mais acesso à recursos e capital político são os que conseguem se tornar representantes. Tal como posto por Manin (1995), a democracia representativa nos forneceria representantes de uma aristocracia, ou seja, de uma mesma elite ou grupo político.

A luz da teoria, também é possível discutir esse sentimento ou necessidade de renovação que nasce do eleitorado a partir dos argumentos expostos por Manin, Przeworski e Stokes (2006). Tal como Manin (1995), os autores também colocam que teoricamente, se temos eleições amplas e livres, os governos democráticos eleitos neste contexto deveriam ser um reflexo da população que os elegeu e que, portanto, teriam que atuar em favor do interesse dos eleitores (p.105). Contudo, na prática,

os autores apontam que existem problemas importantes dentro desta ideia de representação. O principal é o de que os políticos - em geral - agem de acordo com certos interesses e incentivos, tanto pessoais quanto externos e isso pode levá-los a tomar atitudes diferentes das que são esperadas pelos cidadãos que os elegeram e, por consequência, eles podem deixar de representar em certa medida os seus eleitores.

Dentro desses dois problemas apontados, qual seja o da eleição recorrente de uma elite política e o da escolha de representantes que nem sempre atuam de acordo com as vontades e desejos de seus representados, é esperado que a população demonstre sentimentos de insatisfação com os atores políticos e de que tais sentimentos despertem desejo por renovação política. E apesar da crescente insatisfação da população com o sistema político cabe aqui destacar que ainda são poucos os estudos que tentam captar tal desejo por renovação e entender como tal processo acontece, ou não, na prática e em cargos eletivos. Nesse sentido o principal objetivo desse artigo será o de analisar a associação entre as variáveis de idade e sucesso eleitoral. Em outras palavras, esse artigo se propõe a entender como o processo de renovação política pode ou não ser traduzido com a escolha de candidatos mais novos para cargos eletivos. Analisar a participação da juventude em tais cargos se torna fundamental já que ela pode impulsionar a renovação dos nossos representantes e assim trazer novas práticas para a arena política.

Pretendemos, assim, responder primeiramente se a proporção de jovens em cargos eletivos tem aumentado ao longo das últimas eleições. Posteriormente, abordamos o impacto do financiamento de campanha, da desigualdade de gênero e dos espectros ideológicos no número de jovens que se candidatam. Para responder a estas questões, abordamos as últimas eleições que aconteceram entre 2010 e 2020, especificamente para os cargos de vereador, deputado estadual³ e deputado federal em todo o território brasileiro.

A JUVENTUDE POLÍTICA A LUZ DA LITERATURA

Entre 1994 e 2007, a literatura sobre participação juvenil teve como questões centrais (i) entender os jovens que não participam e (ii) as novas formas de participação dos jovens. (BOGHOSSIAN E MINAYO, 2009). Dentro deste

¹ Fonte: Repositório de dados do TSE

² Os resultados e metodologia empregadas na pesquisa podem ser visualizados em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/07/1988221-forcas-armadas-tem-maior-grau-de-confianca-entre-instituicoes.shtml#>

³ Deputados distritais, referente ao Distrito Federal, serão computados dentro da categoria de deputados estaduais.

período, a maioria dos estudos se focaram em entender participação de jovens no movimento estudantil, mas poucas são as pesquisas que se debruçam ou debruçaram sobre a presença de jovens em outras formas tradicionais de participação, como sindicatos, associação de moradores, partidos políticos entre outros. Sendo assim, também há a ausência de estudos sobre os jovens que se transformam em "profissionais da política" (WEBER, 1968) ao ocuparem cargos eletivos (SPOSITO, M.P, BRENNER, A. K., FRANCO, F, 2009).

No período recente, podemos destacar os estudos que buscam entender os fatores que determinam o perfil da participação dos jovens, assim como o processo de socialização política que experimentam em determinados espaços. Existe uma tradição na literatura que aponta forte influência do ambiente familiar e escolar para o processo de participação do jovem (FUKS, 2012; CASTRO, 2009; SCHIMDT, 2000; DAYRELL, GOMES E LEÃO, 2010; BRENNER, 2011; LUGÓ, 2014; RODRIGUES, MENEZES e FERREIRA, 2018). Por um outro lado, dialogando com estes estudos, estão autores que demonstram a importância do indivíduo, do protagonismo juvenil e do processo de empoderamento dos jovens ao longo do tempo. Estes estudos tendem a mostrar (i) como

determinante a própria prática dos sujeitos como elementos próprios de aprendizagem, (ii) a importância dos processos de socialização que ocorrem dentro dos movimentos que os jovens participam e (iii) a influência da internet e das novas formas de comunicação no processo de socialização política (BAQUERO e MORAIS, 2016; SILVA, 2015; CARRANO, 2006; TSEKOURA, 2016).

Um foco grande na literatura tem sido mapear as novas formas de participação política e engajamento juvenil, tendo como principal fonte de referência as mobilizações de junho de 2013. A nova geração de jovens estaria disposta a outro tipo de engajamento, que fosse mais fluido e não significasse incorporar todas as obrigações e objetivos políticos de instituições tradicionais (CICCHELLI, 2009). No entanto, os jovens parecem possuir sentimentos contraditórios, onde ora apontam a ausência de espaços de participação dentro dos partidos e ora reconhecem nos adultos maior experiência e habilidade para liderar (BRENNER, 2011).

Vale mencionar que a relação entre idade do candidato e desempenho eleitoral foi brevemente analisada por Peixoto (2010), que chegou à conclusão de que haveria baixo impacto da idade do candidato no seu desempe-

no eleitoral. Contrapondo a estes resultados, Heiler (2011), em sua pesquisa sobre o impacto do financiamento de campanha em comparação com outras variáveis sociodemográficas nos resultados eleitorais para vereadores, afirma haver uma correlação entre idade e os resultados eleitorais, em que candidatos com mais de 60 anos estariam em situação de desvantagem se comparado a faixa etária entre 18 e 29 anos.

Nicoletti (2013) aborda a participação de jovens nas eleições municipais de 22 municípios do Rio Grande do Sul e encontrou como resultado principal uma proporção baixa de jovens que são eleitos, sendo a maioria homens, com nível de escolaridade razoável, que se dividiam de maneira equilibrada entre os diferentes espectros ideológicos e no geral apresentavam baixo patrimônio. Já em um segundo momento, Nicoletti (2018) vai além e analisa a participação e ocupação dos jovens ao cargo de deputado federal entre 1990 e 2014. Tal como antes, o autor também encontra que os jovens eleitos seriam majoritariamente herdeiros de capital político familiar.

Diversos fatores intrínsecos e extrínsecos tendem a influenciar o sucesso eleitoral de um candidato (NORRIS, 1993). Entretanto são poucos os estudos brasileiros a respeito do tema



que avaliaram se estes efeitos seriam distintos de acordo com a faixa etária dos candidatos. Fatores extrínsecos estariam ligados com o contexto econômico do país, sistema eleitoral, cultura política, partidos entre outros (CODATO, CERVI, & PERISSINOTTO, 2013, MIGUEL, 2004; CAMPOS, 2015). Já os fatores intrínsecos estariam relacionados com perfil social dos candidatos, como gênero, patrimônio/despesas de campanha e experiência profissional (MANCUSO, 2015; PEIXOTO, 2010; SCCHET e SPECK, 2012; BORDIGNON, 2013). Visto que as instituições tendem a trazer regras e limitações a disputa política como um todo, podemos esperar que estes fatores também influenciaram as chances de sucesso eleitoral dos jovens, assim como encontrou Nicoletti (2018).

Um conceito importante para entender o sucesso eleitoral de jovens é o de capital político. Segundo Bourdieu (2011), seria uma espécie de capital vinculado com a reputação e maneira de ser reconhecido, que é adquirido de maneira desigual e pode ser separado entre (i) capital pessoal e o (ii) capital delegado pelas instituições as quais o indivíduo pertence. Miguel (2003) especifica ainda, tendo em consideração a pouca identificação partidária no contexto brasileiro, que o capital pessoal poderia ser dividido em (i) capital convertido e (ii) capital heroico. Sendo o primeiro adquirido através do reconhecimento prévio em outros campos, como por exemplo, do campo profissional, econômico, cultural, religioso e artístico. O segundo seria adquirido através de destaque e aparição em momentos específicos de crise ou eventos marcantes.

Os jovens pelo simples fato de terem menos anos de vida, e considerando que a reputação e capital político se constrói em geral com o passar do tempo, teriam maiores dificuldades para se eleger em cargos mais altos. Bordignon (2013), Costa (2010) e Miguel (2003) por exemplo, ressaltam que os políticos que conseguem alcançar cargos eletivos nas esferas regionais e nacionais, em grande parte passaram previamente por outros cargos eletivos ou de interface com a sociedade civil de âmbito local. Nesse sentido, é de se esperar que jovens

em cargos de vereador tenham maior facilidade de se eleger através de sua trajetória política enquanto em cargos mais altos estariam dependentes de capital convertido de outras esferas, ou até por herança de capital político familiar (NICOLETTI, 2018; MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015).

Considerando os estudos realizados até o momento sobre participação política da juventude e sucesso eleitoral, podemos esperar uma baixa participação de jovens na política institucional, principalmente em cargos de maior abrangência territorial e que demandem maior capital político. Sendo gênero, despesas de campanha, identificação ideológica e capital político variáveis que influenciam no desempenho dos jovens em eleições e ampliam a falta de representatividade desse segmento nos poderes legislativos. Antes de testar esta hipótese fazemos um breve recompileado do sistema eleitoral brasileiro e suas limitações para participação de jovens.

JUVENTUDE E MUDANÇAS NO SISTEMA ELEITORAL BRÁSILEIRO

Primeiro é importante ressaltar o conceito de juventude utilizado nesse artigo. Ele está baseado na lei Nº 12.852/2013 (Estatuto da Juventude), em que “são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”.

Em segundo, cabe explicar brevemente o sistema eleitoral utilizado nas eleições brasileiras e os critérios e processos de elegibilidade de candidatos. Atualmente para as eleições de vereadores, deputados estaduais e federais se utiliza o sistema proporcional de lista aberta. Além das fórmulas específicas de cálculo neste sistema, existem cláusulas de barreiras e outros critérios que podem alterar a participação e proporcionalidade do pleito. Ao analisar a participação da juventude no legislativo brasileiro, uma das regras atuais que são determinantes é o critério de elegibilidade relacionado a idade. Entre os anos de 2010 e 2020, para se candidatar a vereador era neces-

sário ter 18 anos, e para deputado estadual e federal 21 anos.

Por último vale destacar que no período analisado diversas mudanças a respeito do financiamento de campanhas foram implementadas. Em 2015 o STF proibiu as doações eleitorais por parte de pessoa jurídica já a partir das eleições do ano seguinte, além disso houve uma diminuição do período de campanha eleitoral em 2016. Para 2018 foi criado o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), se estabeleceu limites nominais para as despesas e se estabeleceu uma exigência de que 30% do FEFC e Fundo Partidário fosse destinado para candidatas mulheres. Por último, em 2020 se estabeleceu que somente até 10% das receitas de campanha poderiam vir dos próprios candidatos e que o limite de despesas seriam os mesmos do ano de 2016 ajustados pela inflação.

A PRESENÇA DE JOVENS NAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS

A idade média dos candidatos que disputaram eleições para vereadores, deputados estaduais e federais foi elevada nas últimas três eleições, demonstrando que estes espaços são predominantemente adultos. Na tabela 1, podemos observar a comparação da idade média entre candidatos eleitos e não eleitos. Em média, vereadores eleitos tendem a ser mais jovens que os não eleitos, diferença que varia entre 0,3 anos (3 meses) e 0,7 anos (8 meses). Quando analisamos os cargos de deputados estaduais e federais, essa relação se inverte, onde os eleitos tendem a ser em média mais velhos com diferenças de até 3 anos. Vale notar, que nas eleições de 2018 para ambos cargos de deputados, houve uma diminuição na diferença das idades médias, o que sugere que mudanças nas regras eleitorais para esse ano podem ter “rejuvenescido” as assembleias legislativas pelo país e a câmara de deputados federais.



Tabela 1 – Idade média dos candidatos a deputado estadual e federal

	Ano Eleição	Idade Média Candidatos	Idade Média Eleitos	Idade Média Não Eleitos	Diferença Eleitos e Não Eleitos
VEREADOR	2012	44	43,4	44,1	-0,7
	2016	44,4	44,1	44,4	-0,3
	2020	45,2	44,6	45,3	-0,7
DEPUTADO ESTADUAL	2010	46,3	48,1	46,2	1,9
	2014	46,6	48,7	46,4	2,3
	2018	47	47,9	46,9	1
DEPUTADO FEDERAL	2010	47,8	50,9	47,5	3,4
	2014	47,8	50,7	47,6	3,1
	2018	48,1	49	48,1	0,9

Fonte: Elaboração própria. TSE-Repositório de Dados Eleitorais, 2021.

Ao analisar os candidatos de acordo com as faixas etárias percebemos que a participação da juventude é também baixa se comparada com os grupos mais velhos. Na tabela 2, conseguimos observar que as maiores proporções de jovens eleitos estão presentes no cargo de vereador, com uma média de 7,5%, enquanto as menores proporções são para o cargo de deputado federal, com uma média de

3,5% de jovens eleitos. Essa proporção tende a diminuir para o cargo de vereadores e aumentar no para deputados estaduais e federais ao longo das últimas três eleições. Para entender, no entanto, se essa seria uma tendência do sistema eleitoral atual seria importante realizar estudos longitudinais envolvendo uma maior quantidade de eleições. Importante notar também que a proporção de jovens eleitos tende

a ser menor do que jovens não eleitos para todos os cargos e eleições contempladas. Por fim, considerando que a proporção de eleitores entre 16 e 29 anos aptos a votar representou nos últimos 10 anos uma média aproximada de 25% do eleitorado⁴, podemos afirmar que o grupo de jovens se encontra subrepresentado em todos os pleitos analisados.

Tabela 2 – Proporção de jovens eleitos e não eleitos por cargo e ano

Cargo	Ano Eleição	% de jovens não eleitos	% de jovens eleitos
VEREADOR	2012	10,79	8,22
	2016	10,62	7,46
	2020	9,02	7,08
DEPUTADO ESTADUAL	2010	6,38	4,44
	2014	6,87	4,15
	2018	6,2	5,38
DEPUTADO FEDERAL	2010	5,6	3,12
	2014	6,59	3,9
	2018	5,23	3,7

Fonte: Elaboração própria. TSE-Repositório de Dados Eleitorais, 2021

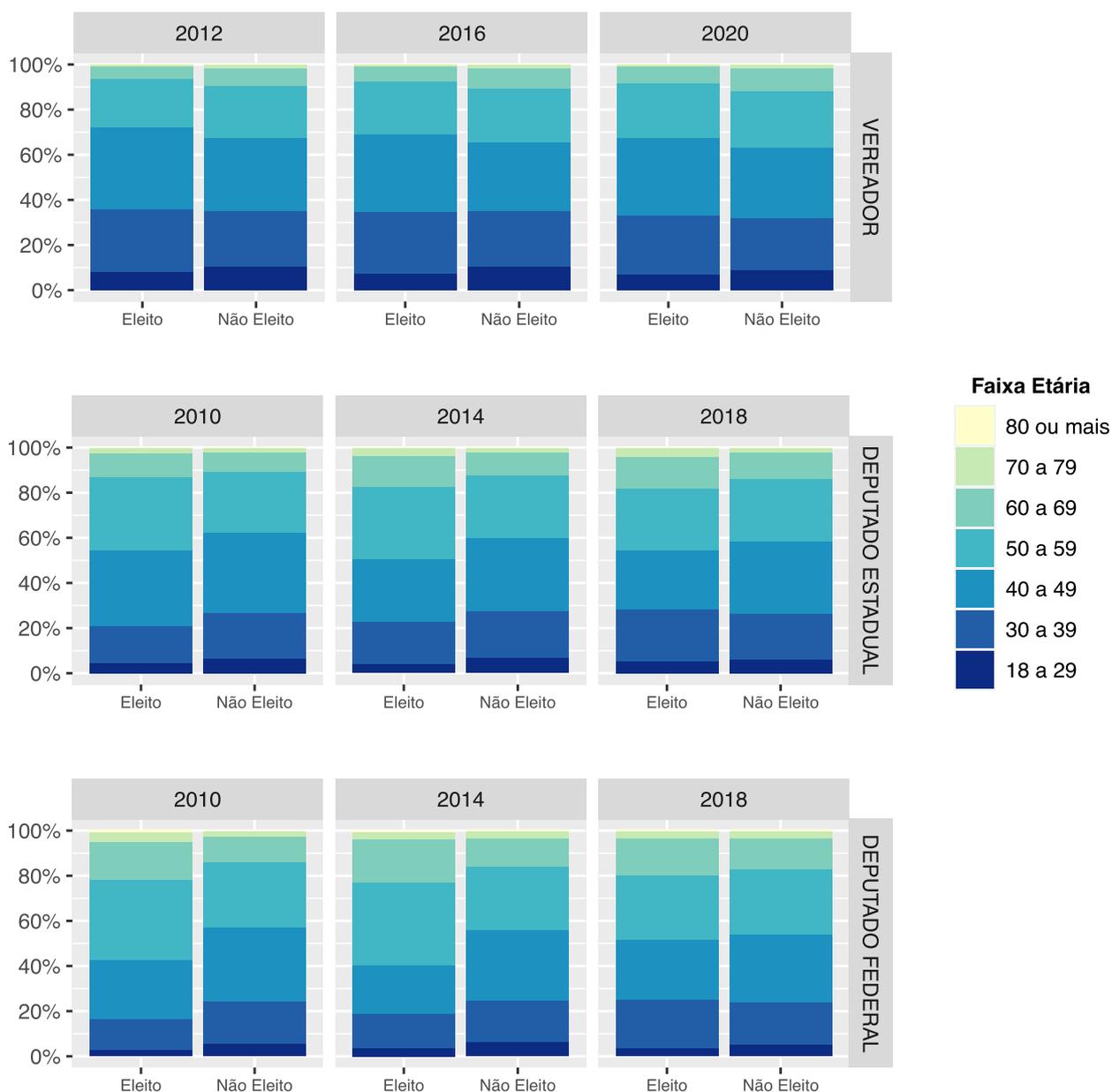
4 Fonte: TSE – Repositório dados eleitorais, 2020

No que diz respeito ao legislativo municipal ainda podemos ressaltar que a faixa etária com maior representatividade na proporção de eleitos foi a de 40 a 49 anos, variando entre 36% e 34% no período analisado. No caso de

deputados estaduais e federais, o grupo com maior proporção é o dos que possuem entre 50 a 59 anos de idade com aproximadamente um terço do total de eleitos. Na figura 1, é possível observar a distribuição das faixas etárias entre

eleitos e não eleitos para todos os cargos analisados.

Figura 1 – Comparação de grupos etários entre eleitos e não-eleitos



Fonte: Elaboração própria. TSE-Repositório de Dados Eleitorais, 2021.

É interessante notar que no cargo de vereador, a proporção de eleitos até 49 anos tende a diminuir, enquanto todas as faixas etárias

acima de 49 anos tendem a aumentar. Já no caso de deputados estaduais parece haver uma diminuição na proporção de eleitos para as faixas etárias centrais (40 a 49 e 50 a 59) e um aumento para os grupos etários mais jovens e mais velhos (até 39 anos e acima de 60).

Para os eleitos ao cargo de deputado federal a mudança mais significativa é o aumento da proporção da faixa etária de 30 a 39 anos, que passa de 13% a 21%, ao mesmo tempo em que os outros grupos passaram por variações inconstantes sem uma tendência clara.

Em resumo, encontramos que os legislativos municipais, estaduais e federais apresentam baixa presença de jovens em suas cadeiras, no entanto essa relação é diferente em cada um dos cargos analisados. O cargo a vereador possui a menor média de idade entre os eleitos, sendo o único cargo em que os eleitos são em média mais jovens que os não eleitos e que apresenta a maior proporção de jovens entre 18 e 29 anos. Por outro lado, percebemos que o cargo de deputado federal apresenta a maior média de idade, sendo os eleitos em média 3 anos mais velhos do que os não eleitos e com a menor proporção de jovens entre todos os cargos.

Essas diferenças poderiam ser explicadas por dois motivos: (i) existe uma diferença de idade mínima para se candidatar a esses cargos de até três anos e (ii) existe uma necessidade de maior capital político para cargos a nível estadual e federal que tendem a dificultar a participação de jovens nesses espaços. Segundo Pinto (2012), existiria uma sequência pré-determinada de conquistas para alcançar cargos mais altos à nível federal e que passam por primeiro assumir cargos a nível local e regional. Assim,

jovens que assumem cargo de deputado federal tendem a depender de uma transmissão de capital político familiar e financeiro maior do que um capital político acumulado em cargos anteriores (NICOLETTI, 2018). Desses achados, podemos deduzir que o impacto do financiamento de campanha será diferente entre candidatos jovens e adultos, já que jovens em cargos altos estariam mais dependentes deste tipo de capital. Este é o próximo tópico que abordaremos, onde analisamos a relação das despesas de campanhas entre eleitos e não eleitos para as diferentes faixas etárias e cargos.

CANDIDATOS JOVENS E FINANCIAMENTO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS

Segundo Mancuso (2015), em seu artigo que revisa a literatura sobre investimento eleitoral no Brasil entre 2001 e 2012, existe uma forte tendência nos estudos acadêmicos à apresentar uma correlação positiva entre as va-

riáveis de gasto em campanhas eleitorais com a quantidade de votos recebidos pelos candidatos. Peixoto (2010), adiciona ainda que os gastos tendem a ser mais relevantes para os que ainda não possuem mandato. Apesar de neste artigo não considerarmos o histórico dos candidatos em cargos políticos e taxas de reeleição, que permitiriam um melhor aprofundamento desses impactos financeiros, podemos supor que as despesas de campanha terão também impacto no sucesso eleitoral dos jovens. Afinal, as elites políticas jovens estariam influenciadas também pela natureza das regras institucionais que afetam a todas as faixas etárias e indicam despesas como determinante para o sucesso eleitoral (NICOLETTI, 2018).

Sendo assim, neste tópico exploramos as diferenças de financiamento que obtiveram os candidatos eleitos dos não eleitos de acordo com as faixas etárias. Para tal foi analisado o valor médio de despesas realizadas pelos candidatos para cada uma das faixas etárias, e posteriormente encontrando a razão dos resultados entre eleitos e não eleitos (valor médio despesas candidatos eleitos / valor médio despesas candidatos não eleitos).

Tabela 3 – Razão de despesas de jovens eleitos e não eleitos

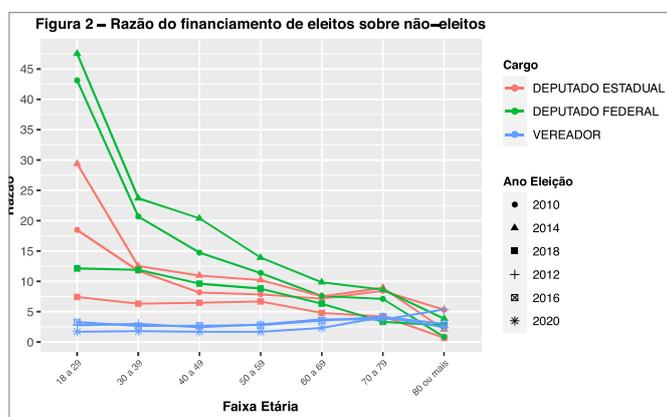
Cargo	Ano Eleição	Razão Despesas Eleitos/Não eleitos
VEREADOR	2012	2,7
	2016	3,2
	2020	1,7
DEPUTADO ESTADUAL	2010	18,4
	2014	29,3
	2018	7,4
DEPUTADO FEDERAL	2010	43,1
	2014	47,5
	2018	12,1

Fonte: Elaboração própria. TSE-Repositório de Dados Eleitorais, 2021.



Na tabela 3, observamos que os jovens eleitos a deputado federal para os pleitos de 2010 e 2014 receberam em média 43,1 e 47,5 vezes mais financiamento do que os candidatos na mesma faixa etária que não foram eleitos. Já no ano de 2018 essa relação diminuiu drasticamente e atinge 12,1. Essa tendência se repete para o cargo de deputado estadual, onde as duas primeiras eleições apresentam altos números e a de 2018 tem uma redução significativa. No geral, para o cargo de vereador os números são relativamente baixos, com a última eleição também apresentando uma redução.

Tal achado vai alinhado com as conclusões de Mancuso (2015) em que candidatos eleitos teriam maior poder de financiamento. Entretanto, quando analisamos a figura 2, impressiona ver que conforme aumenta a idade dos candidatos a razão tende a diminuir para os cargos de deputado federal e estadual e aumentar levemente para o cargo de vereadores nos últimos grupos etários. Além disso, para os cargos estaduais e federais as eleições de 2018 parecem ter tido uma mudança significativa e equilibrado essas diferenças entre faixas etárias, apesar do grupo de jovens eleitos ainda continuarem os que mais gastam em média se comparado com os não eleitos do mesmo grupo etário.



Em resumo, os dados demonstram que o financiamento também é significativo para o sucesso eleitoral de jovens. Mais importante, no entanto, e alinhado com os achados de Nicoletti (2018), ilustramos que os jovens para serem eleitos tendem a depender de capital financeiro mais fortemente do que outras faixas etárias, principalmente em cargos mais altos a nível estadual e federal. Considerando que jovens tiveram em média uma carreira política mais curta, a acumulação de capital político exigida para estes cargos precisa advir de outras fontes, por transmissão de capital político familiar, capital adquirido em outros campos ou, como mostramos acima, de capital financeiro. Ainda, os dados sugerem que as novas regras de financiamento de campanhas implementadas no período analisado, como a diminuição do limite de gastos em campanha e a proibição do financiamento empresarial, parece ter diminuído a relevância dessa variável no sucesso eleitoral dos jovens.

GÊNERO E SUCESSO ELEITORAL DE JOVENS

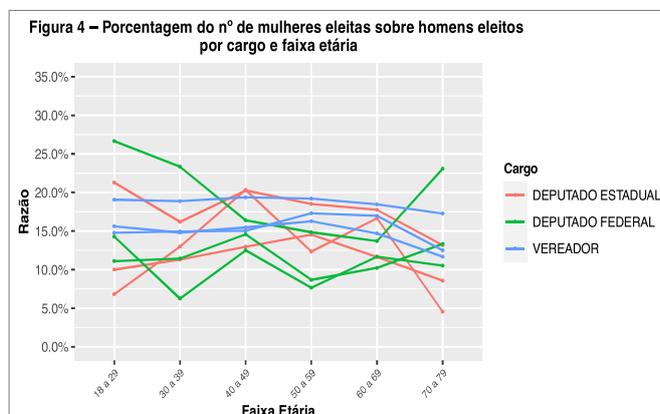
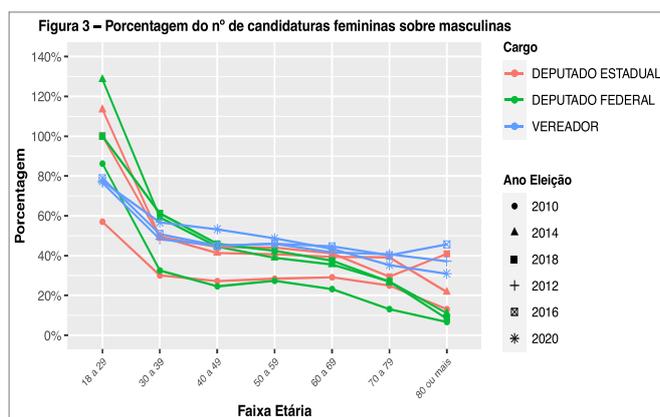
O Brasil apresenta uma das maiores taxas do mundo em relação à desigualdade de gênero no acesso a cargos legislativos. Enquanto as casas legislativas federais das Américas tendem a ser compostas em média por 22% de mulheres (SCCHET e SPECK, 2012), no Brasil esse número foi de 9% em 2010 e de 15% em 2018. Apesar da leve melhora nos últimos anos, ainda existe uma grande diferença na ocupação de cadeiras no le-

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, estatísticas eleitorais.

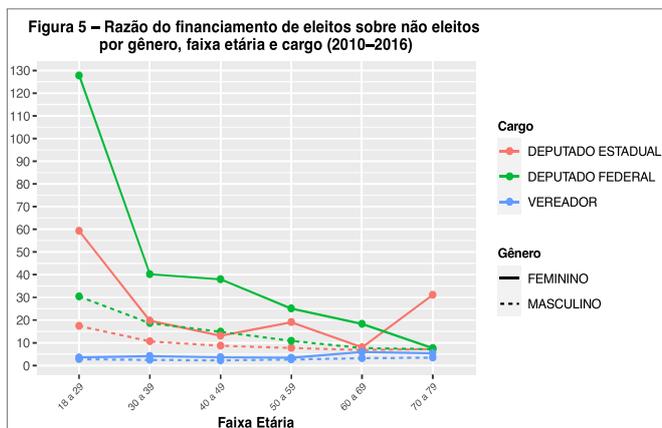
gislativo entre homens e mulheres, sendo a média dos últimos três anos menor para cargos na câmara de deputados (11,3%) se comparado com as câmaras municipais (14,3%).

Tendo em vistas esses dados alarmantes sobre participação das mulheres na política, se faz necessário entender, se esta desigualdade está presente na mesma proporção nas diferentes faixas etárias que estão sendo analisadas ao longo desse artigo. Desde a perspectiva de jovens militantes de partidos políticos existiria uma maior desigualdade de gênero entre os adultos que entre os jovens, apesar de em ambos grupos ainda haverem muitos relatos de preconceito de gênero (BRENNER, 2011).

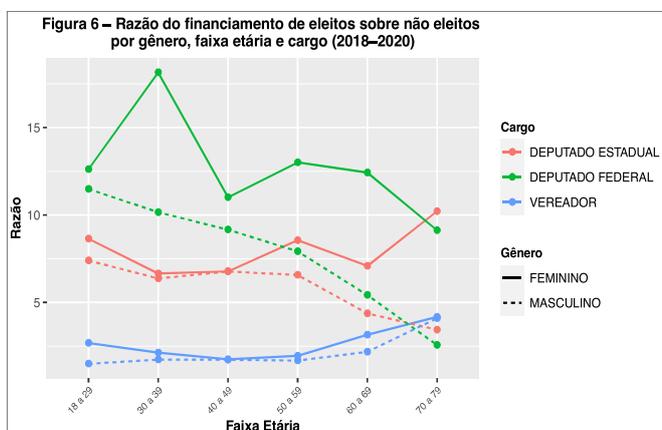
Na figura 3 podemos observar a tendência na proporção de candidatas mulheres sobre candidatos homens, nas diferentes eleições e faixas etárias. Ao analisar os dados, encontramos que em todas eleições analisadas a faixa etária que possui uma maior paridade de gênero é entre os candidatos de 18 e 29 anos. Ainda podemos destacar o ano de 2014, onde o número de candidatas mulheres jovens supera o número de candidatos homens jovens em 28% para deputados federais e em 13% para deputados estaduais. Tais dados confluem com os achados por BRENNER (2011) em que a desigualdade de gênero estaria melhor resolvida entre os jovens. Entretanto, quando olhamos somente para o grupo de candidatas que conseguiram se eleger, percebemos que não existe uma tendência definida na relação entre mulheres e homens para as diferentes faixas etárias e eleições, como demonstrado na figura 4. A suposta igualdade de gênero entre os jovens parece estar presente somente no número de candidatos, mas não número de jovens eleitos.



A relação entre sucesso eleitoral de jovens e paridade de gênero, entretanto, é melhor analisada quando incluímos a variável de financia-



mento eleitoral e outros tipos de acesso a recursos para realizar estas comparações. Mesmo que existam outros fatores, como o capital político, que influencia as diferenças de sucesso eleitoral entre homens e mulheres, parece ser o financiamento o aspecto mais relevante (SACCHET e SPECK, 2012). Para considerar essas variáveis, desenvolvemos dois gráficos que mostram a razão de financiamento de eleitos sobre não eleitos, categorizado por gênero e cargo. Como a partir de 2018 tiveram mudanças significativas nas regras de financiamento de campanha, os gráficos apresentados foram divididos antes e depois desse período. A figura 5, ilustra a média da razão de financiamento de eleitos sobre não eleitos para as eleições que aconteceram entre 2010 e 2016, enquanto a figura 6 ilustra essa mesma razão para as eleições entre 2018 e 2020.



O primeiro ponto que chama atenção é que antes das mudanças nas regras de financiamento de campanha mulheres jovens gastavam em média 127 vezes mais para serem eleitas se comparada com mulheres jovens não eleitas para o cargo de deputada federal. Essa proporção era de 59 vezes para cargo de deputada estadual e aproximadamente 3 para o cargo de vereadora. Em comparação, os homens jovens eleitos gastaram em média 30 vezes mais que homens jovens não eleitos para deputado federal, 17 vezes mais para o cargo de deputado estadual e 2.7 vezes mais para o cargo de vereador. Além da evidente disparidade entre homens e mulheres, são especialmente as mulheres jovens que precisam investir mais para conseguirem ser eleitas, principalmente para cargos que demandam uma maior abrangência territorial e maior capital político. Enquanto homens jovens também gastam em média mais que

outras faixas etárias para serem eleitos, essa diferença é muito menor quando comparada as mulheres jovens.

Após as novas regras de financiamento, as questões de desigualdade de gênero seguem. Entretanto, parece haver tido uma mudança significativa na tendência relacionada a faixa etária. Se antes mulheres jovens eleitas a deputada federal gastavam em média 130 vezes mais do que as não eleitas, essa relação cai para menos de 15 nas eleições de 2018. A maior diferença entre homens e mulheres parece estar agora entre na faixa etária de 70 a 79 anos. Vale ressaltar que nas eleições para as câmaras municipais, não houve uma mudança de tendência comparando antes e depois das novas regras de financiamento de campanha.

Em resumo, podemos destacar que no total de candidaturas o grupo de jovens é o que apresenta maior paridade entre homens e mulheres. Apesar disso, quando vemos exclusivamente as pessoas que tiveram sucesso eleitoral, percebemos não haver uma relação clara na interação entre as variáveis gênero e faixa etária. No entanto, quando incluímos a variável de despesas de campanha na análise, percebemos que são as mulheres jovens que em média investem mais para serem eleitas se comparadas com mulheres jovens não eleitas. Por último, parece haver novamente uma relação em que conforme o cargo depende de mais capital político e abrangência territorial para atingir o sucesso eleitoral, mais as desigualdades de gênero e idade tendem aumentar.

PARTIDOS POLÍTICOS DOS JOVENS CANDIDATOS

É assegurado para os partidos políticos “autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento” (BRASIL, 1988), assim sendo, dando liberdade também para que o processo de seleção dos candidatos que irão disputar uma eleição seja decidido a nível interno. Diversos estudos demonstram como partidos de diferentes ideologias variam nos seus métodos de recrutamento dos candidatos e assim influenciam o perfil dos atores envolvidos (RODRIGUES, 2002, MARENCO DOS SANTOS E SERNA, 2007, PANEBIANCO, 2005). Partidos que se posicionam no espectro mais à direita tendem a ter parlamentares com carreiras fundadas em capital político construído através de relações de parentesco, exercício profissional e capital social individual e financeiro. Já partidos de esquerda tendem a ter atores com carreiras baseadas na participação em associações coletivas, entidades estudantis, sindicatos e movimentos sociais (MARENCO DOS SANTOS E SERNA, 2007). Assim, enquanto candidatos a direita tendem a depender de um capital político mais individual, os que se posicionam a esquerda tendem a construir sua reputação com base nas organizações e instituições coletivas nas quais participam (MARENCO DOS SANTOS E SERNA, 2007).

Os diferentes partidos e seus respectivos métodos de recrutamento moldam o perfil dos atores que neles participam e tendem a dar mais ou menos importância para o protagonismo juvenil. Na maioria das vezes, partidos de esquerda contam com uma maior participação de jovens assim como também possuem mais espaços estatutários reservados para este grupo de filiados (MACHADO, 2016; BRENNER, 2011).

Tendo em vista o anterior, nesse tópico iremos analisar quais partidos teriam tido maiores êxitos em eleger candidaturas juvenis, e assim identificar se haveria algum vínculo entre ideologia partidária e participação de jovens em cargos eletivos. Para analisar esta relação, nos baseamos nos estudos de Tarouco e Madeira (2015), que compararam diferentes escalas ideológicas de partidos brasileiros elaboradas por acadêmicos e encontram forte correlação entre a maioria delas, sendo a categorização realizada pela pelo survey da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) em 2010 a que contemplaria o maior número de partidos.

O survey foi realizado com participantes da área temática de eleições da ABCP que avaliaram numa escala de 1 a 7 diferentes partidos brasileiros de acordo com o espectro ideológico (tabela 10). O coeficiente usado demonstra que, conforme o partido esteja mais próximo de 1, mais à esquerda ele estaria, e conforme esteja mais próximo de 7 mais à direita estaria. Vale mencionar que devido o estudo ter sido realizado em 2010, alguns partidos podem ter oscilado no seu espectro ideológico ao longo do tempo, o que pode trazer algumas imprecisões para a análise de eleições mais recentes.

Além disso, novos partidos surgiram no período de estudo e foram excluídos da análise, outros partidos tiveram mudanças de nomes e se optou por manter o nome inicial dos mesmos. Por último, nós categorizamos os coeficientes entre Esquerda (1 - 2.5), Centro-Esquerda (2.5 - 3.5), Centro (3.5 - 4.5), Centro-Direita (4.5 - 5.5) e Direita (5.5 - 7) para facilitar a interpretação dos resultados.

Tabela 4 - Classificação de partidos por ideologia

Partido	Coeficiente	Ideologia Partido
PCO	1,1	Esquerda
PSTU	1,2	
PSOL	1,4	
PCB	1,5	
PC do B	2,3	
PT	2,9	Centro-Esquerda
PSB	3	
PDT	3,3	
PV	3,5	
PPS	4	Centro
PMDB	4,2	
PMN	4,4	
PHS	4,5	
PSDB	4,6	Centro-Direita
PT do B	4,7	
PTB	5	
PTC	5,1	
PTN	5,1	
PRB	5,1	
PSL	5,2	
PSC	5,2	
PRTB	5,3	
PSDC	5,4	
PR	5,4	
PRP	5,4	
PP	6	Direita
DEM	6,2	

Fonte: Elaboração própria. Tarouco e Madeira (2015).



Nas figuras de 7 a 9, realizamos o cruzamento entre a colocação no espectro político e número de eleitos. Podemos perceber que existe um maior número de jovens eleitos por partidos de centro-direita em quase todos os cargos e anos, exceto para a disputa a deputado federal no ano de 2010. Ainda assim parece haver tendências ao longo dos anos que tendem a refletir o cenário mais amplo do país e que não afetou só os jovens, que é uma diminuição do centro e aumento dos polos do espectro, principalmente tendendo a centro-direita e direita. Entretanto, quando analisamos as figuras de 10 a 12, que concentram a proporção de jovens eleitos por ideologia do partido nas últimas três eleições, é a esquerda que proporcionalmente tende a ter mais jovens dentro das pessoas que consegue eleger. Sendo a exceção para cargos de deputados estaduais, onde a centro-direita teve mais sucesso.

Em resumo, a centro-direita é a que mais tende a eleger jovens em todos os anos e cargos. Isso poderia ser explicado pela própria

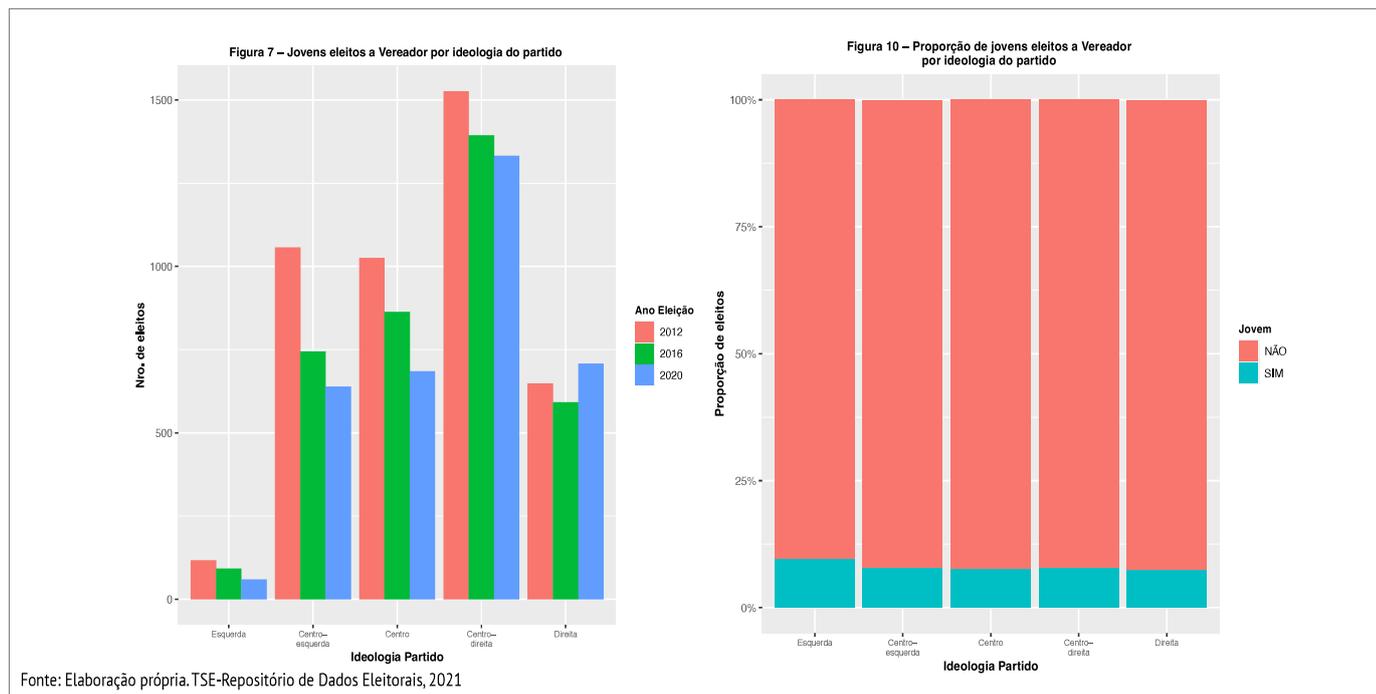
CONCLUSÃO

Neste artigo buscamos compreender quem eram os jovens que conseguiram ocupar cargos eletivos nos poderes legislativos a nível municipal, estadual e federal entre 2010 e 2020. Em todas os pleitos, a participação dos jovens ainda é baixa, sendo o cargo de vereador o que possui a menor média de idade entre os eleitos e o cargo de deputado federal possui a maior média. Enquanto aos cargos municipais os eleitos tendem a ser mais jovens do que o total de candidatos, para os cargos estaduais e federais a relação é inversa e os que conseguem sucesso eleitoral tendem a ser até três anos mais velhos.

Demonstramos que o financiamento também é significativo para o sucesso eleitoral de jovens, que dependem deste capital mais fortemente do que outras faixas etárias, principalmente em cargos altos a nível estadual e federal. Considerando que jovens tem em média uma carreira política mais curta, a acumulação de capital político exigida para

ridade entre homens e mulheres. Apesar disso, quando vemos exclusivamente as pessoas que tiveram sucesso eleitoral, parece não haver uma relação clara entre as variáveis gênero e faixa etária. No entanto, tendo em vista a importância do financiamento eleitoral de campanha para conseguir se eleger, percebemos que são as mulheres jovens que em média investem mais para serem eleitas se comparadas com mulheres jovens não eleitas. Estes achados vão de encontro com os estudos de Miguel, Marques e Machado (2015) em que mostram como mulheres tendem a depender de capital convertido de outras esferas além da sua própria trajetória política. Aqui também parece haver uma relação em que conforme o cargo depende de mais capital político e abrangência territorial para atingir o sucesso eleitoral, mais as desigualdades de gênero e idade tendem aumentar.

Ao analisar os partidos percebemos que, os que se colocam mais a esquerda do espectro ideológico possuem maior presença de jovens dentre seus parlamentares. No entanto, não são eles os que mais conseguem se eleger,



cultura política brasileira, onde esta proporção da centro-direita não é muito diferente do contexto nacional contemplando candidatos de todas as idades. Por outro lado, e alinhado com os estudos de Brenner (2011) e Machado (2016), seria a esquerda em ter maior presença de jovens dentre seus parlamentares. Esta diferença, entretanto, não parece ser significativa e jovens eleitos estão em baixa proporção em partidos de qualquer espectro ideológico.

cargos altos parece depender de outras fontes: transmissão de capital político familiar, capital adquirido em outros campos ou, como mostramos acima, de capital financeiro. Ainda, há indícios de que as novas regras de financiamento de campanha implementadas no período analisado diminuiriam a relevância dessa variável no sucesso eleitoral dos jovens.

Ilustramos também que o grupo de jovens candidatos é o que apresenta maior pa-

e sim os que se posicionam na centro-direita. Independente dessas diferenças, jovens eleitos estão em baixa proporção em partidos de qualquer ideologia. Isso poderia ser explicado pela própria cultura política brasileira, onde esta proporção da centro-direita e participação de jovens não é muito diferente do contexto nacional contemplando candidatos de todas as idades.

Retomando a questão e motivação cen-

Figura 8 – Jovens eleitos a Dep.Estadual por ideologia do partido

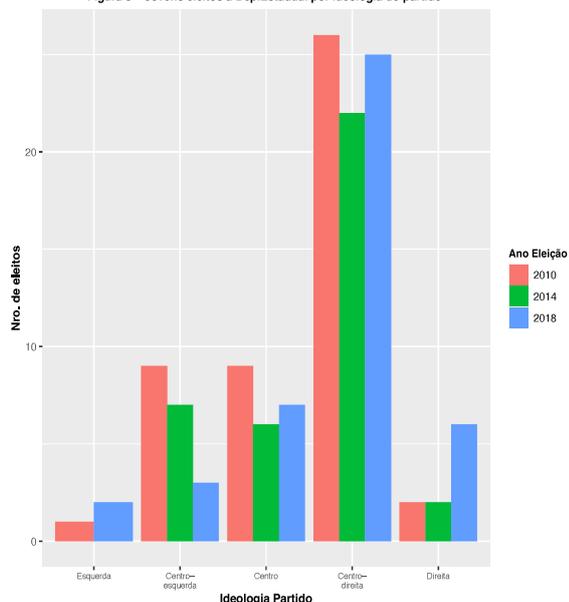


Figura 11 – Proporção de jovens eleitos a Dep.Estadual por ideologia do partido

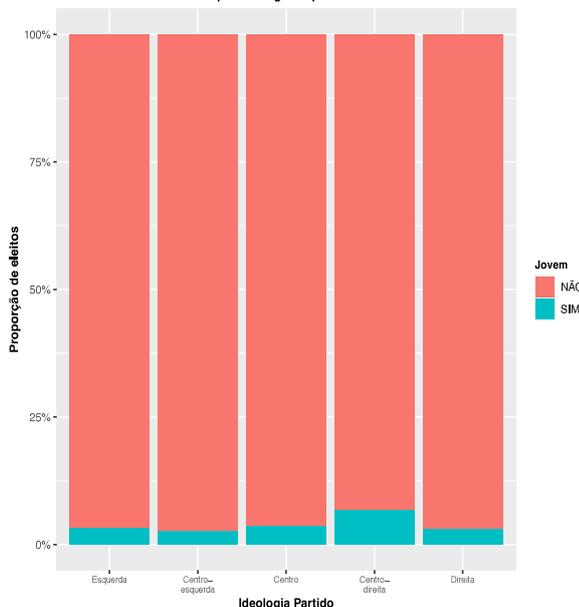


Figura 9 – Jovens eleitos a Dep.Federal por ideologia do partido

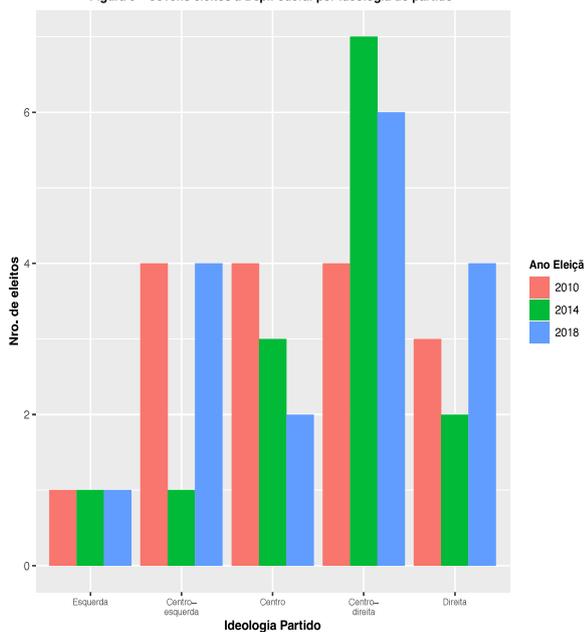
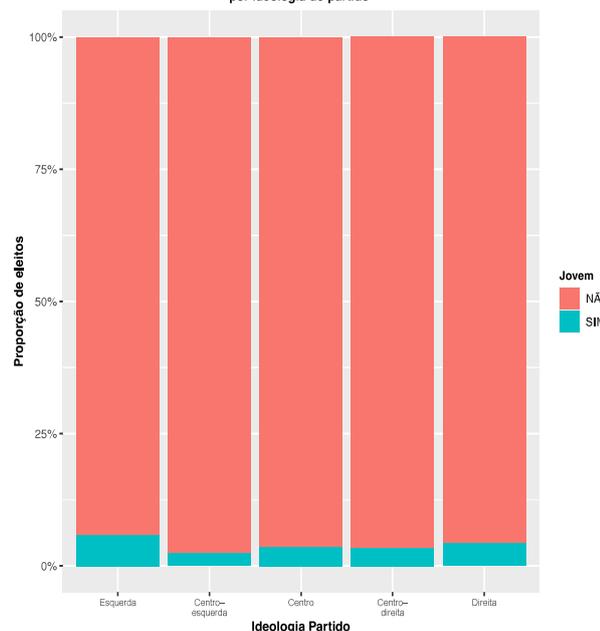


Figura 12 – Proporção de jovens eleitos a Dep. Federal por ideologia do partido



tral deste artigo, tínhamos o interesse principal em observar se o desejo expresso pelo eleitorado brasileiro pela renovação política foi ou não traduzido em número de jovens candidatos e eleitos como representantes. Nesse sentido, o que os dados aqui apresentados indicam é que o desejo pela renovação na política não se traduz na presença da juventude em si nas disputas aos cargos eletivos. Apesar desse sentimento recorrente, o brasileiro parece não enxergar

na candidatura ou participação de jovens na política eletiva a solução para a renovação de ideias.

Por fim, cabe destacar que esta pesquisa abriu possibilidades e futuros campos de pesquisa, cabendo nesse momento uma descrição ampla e exploratória de quem são estes jovens que hoje se candidatam e se elegem. É necessário, ainda, realizar um maior cruzamento de variáveis para entender melhor e propor solu-

ções para o principal achado deste artigo: as dificuldades dos jovens de seguirem ocupando cadeiras no legislativo. Aspecto este importante que pode lançar luz para melhores práticas de renovação, tanto em termos de idade, quanto em termos de ideias e grupos no interior da arena política, que cada vez mais é desacreditada pela população.

REFERÊNCIAS

- BAQUERO, Marcello e MORAIS, Jennifer. Socialização política e internet na construção de uma cultura política juvenil no sul do Brasil. Campinas: Educ. Soc., 2016.
- BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon e MINAYO, Maria Cecília de Souza. Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. São Paulo: Saude soc., 2009.
- BORDIGNON, Rodrigo da Rosa. Candidatos e eleitos: recrutamento e chances de sucesso nas eleições de 1998 e 2010. Revista Paraná Eleitoral, 2013, pp. 35-62.
- BOURDIEU, Pierre. O campo político. Revista Brasileira de Ciência Política, 2011, pp. 193-216.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- BRENNER, Ana Karina. Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitários. Tese de doutorado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- CAMPOS, Luiz Augusto. Socialismo moreno, conservadorismo pálido? Cor e recrutamento partidário em São Paulo e Rio de Janeiro nas eleições de 2012. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro: 2015, pp. 689-719.
- CARRANO, Paulo. Juventude e participação no Brasil: interdições e possibilidades. Democracia Viva, n. 30, Jan./Mar. 2006, p. 2-5.
- CASTRO, Lucia Rabello. Juventude e socialização política: atualizando o debate. Psicologia: Teoria e Pesquisa [online]. 2009, v. 25, n. 4, pp. 479-487.
- CICCHELLI, V. The Contemporary Engagement of young people in France: normative injunctions, institutional programs and the multiplying forms of grouping. Italian Journal of Sociology of Education, 2, 2009.
- CODATO, A., CERVI, E., & PERISSINOTTO, R. Quem se elege prefeito no Brasil? Condicionantes do sucesso eleitoral em 2012. Rio de Janeiro: Cadernos Adenauer, 2013, pp. 61-84.
- COSTA, Luiz Domingos. Os Representantes dos estados no Congresso = composição social e carreira política dos senadores brasileiros (1987-2007). Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas: 2010.
- DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma Lino e LEO, Geraldo. Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo?. Educ. rev. [online]. 2010, n.38, pp.237-252.
- FUKS, Mario. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. Opinião Pública [online]. 2012, v. 18, n. 1, pp. 88-108
- HEILER, J.G. Democracia: o jogo das incertezas x financiamento de campanhas: uma análise das prestações de contas das campanhas de Vereadores de SC. In 35º Encontro da Anpocs. Caxambu, 2011.
- LUGÓ, Ricardo de Sequeira. Combatentes e revolucionários: processos de socialização de jovens integrantes de organizações que buscam a preservação ou a subversão da ordem. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- MACHADO, Amanda Santos. Recrutamento Partidário de Jovens no Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2016.
- MANCUSO, Wagner Pralon. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001–2012) e agenda de pesquisa. Rev. Sociol. Polit.[online]. 2015, vol.23, n.54, pp.155-183.
- MANIN, B. As Metamorfoses do Governo Representativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 10, n. 29, p. 5–34, 1995.
- MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C. Eleições e representação. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 67, p. 105–138, 2006.
- MARENCO DOS SANTOS, André; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 22, n. 64, p. 93-113, jun. 2007.
- MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, 2003, pp. 115-134.
- MIGUEL, L. F. Participação eleitoral e gênero no Brasil: as cotas para mulheres e seu impacto. In Anais do 2o Congresso da Associação LatinoAmericana de Ciência Política (pp. 1-19), Cidade do México: Alacip, 2004.
- MIGUEL, Luis Felipe, MARQUES, Danusa e MACHADO, Carlos. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados Dado 2015, pp. 721-747.
- NICOLETTI, André Selayaran. A presença jovem nas Câmaras de Vereadores dos municípios que compõe a Azonasul nas eleições de 2008: trajetória e cultura política. Dissertação de Mestrado. Pelotas: UFPel, 2013.
- NORRIS, Pipa. Conclusions: comparing legislative recruitment. In Norris, P., & Lovenduski, J. (Ed.), Gender and party politics. Londres: Sage, 1993.
- PANEBIANCO, Ângelo. Modelos de Partidos. Organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PEIXOTO, Vitor de Moraes. Eleições e Financiamento de Campanhas no Brasil. Tese de Doutorado. (IUPERJ) Rio de Janeiro, 2010.
- RODRIGUES, L. M. Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. São Paulo: Edusp, 2002.
- RODRIGUES, MENEZES e FERREIRA. Efeitos longitudinais da socialização política nos comportamentos de participação de jovens. Educação e Pesquisa, 2018, v. 44
- SACCHET, T.; SPECK, B.W. (2012). Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. Opinião Pública, 2012, pp. 177–197.
- SPOSITO, M.P., BRENNER, A. K., FRANCO, F. Estudos sobre jovens na interface com a política. O Estado da Arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. v. 2. pp. 175-212.
- PINTO, Simone Cuber Araújo. Os poderes Executivo e Legislativo na definição das carreiras políticas no Brasil. In: 36º ENCONTRO ANNUAL DA ANPOCS. São Paulo, 2012
- SCHIMDT, João Pedro. Juventude e política nos anos 1990: um estudo de socialização política no Brasil. Tese de Doutorado. UFRGS. 2000.
- SILVA, A. B. P. "Nada deve parecer impossível de mudar": Juventude e engajamento na "Primavera Carioca" das eleições de 2012. Dissertação de Mestrado. Unifersidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2015.
- TAROUCO, Gabriela da Silva e MADEIRA, Rafael Machado. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: Análise de um expert survey. Civitas - Revista de Ciências Sociais [online]. 2015, pp. e24-e39..
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE. Repositório de Dados Eleitorais. Disponível em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais> > Acesso em: 10 mai. 2021.
- TSEKOURA, Maria. Debates on youth participation: from citizens in preparation to active social agents. Revista Katálysis [online]. 2016, v. 19, n. 01, pp. 118-125
- WEBER, M. Ciência e Política - Duas Vocações. Editora Cultrix, 1968